



PETRIBU PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ: 09.325.111/0001-42. Relatório da Diretoria: Srs. Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias vimos submeter à apreciação de V.S.^{as}, os balanços patrimoniais e as demonstrações contábeis desta sociedade, referentes aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2023 e 31/12/2022. Lagoa de Itaenga(PE), 18 de setembro de 2024.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	01/01/2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	3	4	25.912	12.504
Contas a receber de clientes	6	-	-	134.416	85.113
Estoque	7	-	-	101.958	126.083
Adiantamento a fornecedores	8	-	-	13.165	28.683
Impostos a recuperar	9	-	7	42.295	30.759
Ativos biológicos	10	-	-	85.301	102.794
Dividendos a receber	13	4.504	-	-	-
Outros créditos	10	-	-	4.225	1.379
Total do ativo circulante		4.508	12	407.272	387.315
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Títulos e valores mobiliários	11	-	-	6.256	5.176
Contas a receber de clientes	6	-	-	18.614	22.412
Adiantamento a fornecedores	8	-	-	137	123
Depósitos judiciais	19	-	-	1.127	1.207
Partes relacionadas	20	-	-	5.013	6.393
Tributos diferidos	21	-	-	77.730	67.880
Outros créditos	12	-	-	8.285	9.285
				117.162	112.476
Investimentos	13	471.674	394.385	35.451	31.661
Imobilizado	14	77	77	492.707	420.109
		471.751	394.462	528.158	451.770
Total do ativo não circulante		471.751	394.462	645.320	564.246
Total do ativo		476.259	394.474	1.052.592	951.561
Passivo e Patrimônio líquido					
Circulante					
Emprestimos e financiamentos	15	-	-	182.374	186.916
Fornecedores	16	-	-	28.080	53.965
Tributos a recolher	17	-	-	5.327	2.312
Salários e obrigações sociais	18	-	-	29.160	27.227
Adiantamento recebido de clientes	19	-	-	10.552	10.556
Dividendos propostos	20 e 22.3	3.981	-	8.249	-
Outras exigibilidades	20	-	3	5.204	4.323
Total do passivo circulante		3.981	3	268.946	285.299
Não circulante					
Emprestimos e financiamentos	15	-	-	174.903	154.755
Tributos a recolher	17	-	-	1.655	870
Provisão para contingências	19	-	-	4.202	3.761
Partes relacionadas	20	-	-	3.864	5.673
Outras exigibilidades	20	-	-	9.694	-
Total do passivo não circulante				194.318	165.070
Patrimônio líquido					
Capital Social	22	113.942	113.942	113.942	113.942
Reserva de lucros		277.937	198.100	277.937	198.100
Ajuste de avaliação patrimonial		80.399	82.429	80.399	82.429
Total do patrimônio líquido dos controladores		472.278	394.471	472.278	394.471
Participação dos não controladores		-	-	117.050	106.721
Total do patrimônio líquido		472.278	394.471	589.328	501.192
Total do passivo e patrimônio líquido		476.259	394.474	1.052.592	951.561

Resultado atribuível aos:
Acionistas controladores 81.788 48.575
Acionistas não controladores 20.109 15.942
101.897 64.517

Quantidade de ações 1.000 1.000
Lucro por ações, expresso em reais 81.788 48.575

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido do exercício	81.788	48.575	101.897	64.517
Custo atribuído ao ativo imobilizado	3.033	2.033	3.033	2.033
Tributos diferidos sobre custo atribuído	(643)	-	(643)	-
Custo atribuído ao ativo imobilizado	2.390	2.033	2.390	2.033
Acionistas não controladores	-	-	15.994	15.942
Resultado abrangente total	84.178	50.608	120.281	82.492

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

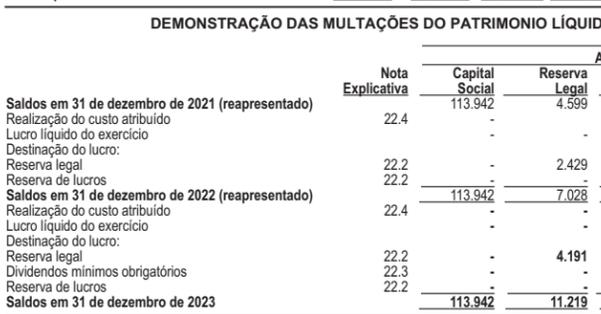
	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Atividades operacionais	81.788	48.575	101.897	64.517
Atividades de investimento	(27.104)	(16.433)	(41.856)	(43.421)
Atividades de financiamento	(26.976)	(13.661)	(38.378)	(32.510)
Total das alterações no balanço patrimonial	26.708	18.481	21.663	(11.414)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita operacional líquida	23	-	743.155	564.785
Custos dos produtos vendidos	24	-	(535.820)	(416.067)
Lucro bruto	23	-	207.335	148.718
Despesas (receitas) gerais e administrativas:				
Gerais e Administrativas	25	-	(20.222)	(21.780)
Resultado da equivalência patrimonial	13	81.820	48.642	942
Outras receitas e despesas, líquidas	27	-	(29.039)	(19.955)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	81.789	48.574	131.446	90.831
Receitas financeiras	28	-	2	41.875
Despesas financeiras	28	(1)	(1)	(76.138)
Resultado financeiro	(1)	(1)	(34.263)	(34.575)
Lucro antes do imposto de renda e contrib. social	81.788	48.575	97.183	56.256
Imposto de Renda e Contribuição Social	21	-	-	(3.631)
Diferido	-	-	9.850	11.892
Lucro líquido do exercício	81.788	48.575	101.897	64.517

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

Saldo em 31 de dezembro de 2021 (reapresentado)	Nota Explicativa	Capital Social		Reserva Legal	Reserva de Lucros	Retenção de Lucros	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Subtotal	Participação dos não controladores	Total
		2023	2022								
Realização do custo atribuído	22.4	-	-	-	-	142.893	84.462	2.033	345.896	87.534	433.430
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	(2.033)	48.575	48.575	(327)	(327)
Destinação do lucro:										15.942	64.517
Reserva legal	22.2	-	-	2.429	-	-	-	(2.429)	-	-	-
Reserva de lucros	22.2	-	-	-	48.179	-	-	(48.179)	-	3.572	3.572
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)											
Realização do custo atribuído	22.4	-	-	-	-	191.072	82.429	2.030	394.471	106.721	501.192
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	(2.030)	81.788	81.788	(332)	(332)
Destinação do lucro:										20.109	101.897
Reserva legal	22.2	-	-	4.191	-	-	-	(4.191)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	22.3	-	-	-	-	-	-	(3.981)	(3.981)	-	(3.981)
Reserva de lucros	22.2	-	-	-	75.646	-	-	(75.646)	-	(9.448)	(9.448)
Saldo em 31 de dezembro de 2023											
		113.942	113.942	11.219	266.718	80.399	-	472.278	117.050	589.328	589.328



1. Contexto operacional - 1.1. Objeto social: A Petribu Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede no Município de Lagoa de Itaenga, Estado de Pernambuco. A Companhia foi constituída em 21 de janeiro de 2008, atuando como uma sociedade Holding do Grupo Petribu, composto pelas entidades abaixo:

1.2. Usina Petribu S.A.: tem como atividade preponderante a fabricação e comercialização de açúcar (demerara, VHP, cristal e refinado), etanol, álcool desulfetado (70°) e álcool saneante (46°), utilizando para este fim, como principal matéria-prima, a cana-de-açúcar. 1.3. Termoelétrica Itaenga Ltda.: tem por objeto social principal a produção independente e a comercialização de energia elétrica; com a utilização, como matéria-prima, do bagaço de cana-de-açúcar proveniente de sua controladora, Usina Petribu S.A., para a geração de energia elétrica, através de dois turbogeradores, sendo um de 22MW e outro de 25MW, com capacidade atual de geração de energia para 47 MW. 1.4. Gases Renováveis do Brasil Ltda.: tem por objeto social a geração, distribuição e comercialização de gás carbônico, obtido a partir do subproduto gerado na produção do etanol produzido por sua controladora, Usina Petribu S.A. 1.5. Petrribu Empreendimentos Imobiliários Ltda.: tem por objeto social o loteamento e venda de imóveis próprios e a compra e venda de imóveis por conta própria, loteamento de terrenos, incorporação imobiliária, bem como a venda de imóveis construídos ou adquiridos para a revenda, quando decorrente de negociação de imóveis. Também faz parte do seu objeto social, a participação no capital social de outras entidades, sendo elas: Carpina Mall S.A., Rancho da Mata Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Rancho da Mata 2 Empreendimentos Imobiliários Ltda.. 1.6. Trapuá Indústria de Bebidas Ltda.: tem por objeto social a fabricação de aguardente e/ou cachaça de cana de açúcar. 1.7. Período de safra da cana de açúcar e exercício social: O período de moagem na região, onde se encontram localizadas as propriedades rurais (Zona da Mata Norte de Pernambuco), ocorre normalmente entre os meses de agosto a março do ano subsequente, que difere do exercício social estabelecido no Estatuto Social das controladas da Companhia, que abrange o ano civil (janeiro a dezembro). Desta forma, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentam as operações (custos das colheitas de cana-de-açúcar e custo de produção) relativas às Safras de 2022/2023 (operações ocorridas entre janeiro e fevereiro de 2023) e 2023/2024 (operações ocorridas de março a dezembro de 2023). Por sua vez, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentam as operações relativas às Safras de 2021/2022 (operações ocorridas entre janeiro e março de 2022) e 2022/2023 (operações ocorridas de abril a dezembro de 2022). 1.8. Moagem e produção das safras 2022/2023 e 2023/2024: A moagem da Safra 2023/2024, não concluída até 31 de dezembro de 2023, está estimada em cerca de 1,8 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, com a produção de 145 mil toneladas de açúcar e 34.000 m³ de etanol, enquanto na safra 2022/2023, encerrada, em 29 de abril 2023, alcançou cerca de 1,7 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, com a produção de 145 mil toneladas de açúcar e 33.053 m³ de etanol. A cana-de-açúcar, consumida no processo produtivo do açúcar e do etanol, é produzida em terras próprias e arrendadas, ou adquiridas diretamente de terceiros ao preço de mercado, que usa como referência na compra desta matéria-prima o valor da ATR (Açúcar Total Recuperável). A cana-de-açúcar própria corresponde a, aproximadamente, 61% do consumo desta

matéria-prima em 2023 (61% em 2022). O plantio de cana-de-açúcar é realizado em todos os meses do ano, requerendo, entretanto, um período de, no mínimo, 12 meses de maturação para a planta ser colhida. A colheita da cana-de-açúcar ocorre durante o período de moagem, que acontece, normalmente, de agosto do ano corrente até março do ano subsequente. 1.9. Comercialização da produção: O açúcar é comercializado no mercado externo por intermédio de traders internacionais, representando, aproximadamente, 44% do faturamento total no exercício de 2023 (28% em 2022) e no mercado interno para as empresas atacadistas, indústrias e grandes redes de supermercado e de distribuição. O etanol é comercializado no mercado interno para as grandes distribuidoras de combustíveis, e o álcool desulfetado (70°) para indústrias, redes de supermercados e para fins hospitalares, e álcool saneante (46°) é comercializado para as grandes redes de supermercados. 1.10. Cultura de eucalipto: O Grupo está plantando a cultura de eucalipto nas áreas de difícil manejo para a cultura da cana-de-açúcar, que correspondem às terras com relevo mais íngreme e com pouca utilização de mecanização. A Direção do Grupo pretende utilizar o produto da biomassa do eucalipto para a geração de energia elétrica, por intermédio da sua empresa controlada, Termoelétrica Itaenga Ltda., além da comercialização da madeira. Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo possuía uma área total de 1.340 hectares plantados com eucalipto (1.340 em 2022), cuja colheita alcançou 3.999 toneladas de madeira no ano de 2023 (23.573 toneladas em 2022). 1.11. Projeto de irrigação da lavoura canavieira: O Grupo está implantando um projeto de irrigação da lavoura canavieira por gotejamento e alas móveis, com investimento total realizado de aproximadamente R\$ 13.000 (R\$ 11.000 em 2022 e R\$ 1.700 em 2023). Em 2023, a área total irrigada por gotejamento é de 668,00 hectares, a meta de longo prazo é alcançar a autoficiência de irrigação com a cobertura de 8 mil hectares, sendo 2 mil de irrigação plena e 6 mil de irrigação complementar. O uso dessa tecnologia está diretamente ligado ao aumento da produtividade e a longevidade da canavieira. A administração do Grupo pretende, com essa decisão, reduzir o custo de formação da lavoura canavieira. A primeira colheita em área irrigada com gotejamento ocorreu na safra de 2019/2020, numa área de 210 hectares, colheita 30 mil toneladas de cana-de-açúcar, com um ganho significativo de produtividade por hectare (143 toneladas por hectare). 1.12. Produção e venda de energia elétrica: O fornecimento de energia elétrica coincide com o período de safra da atividade sucroalcooleira desenvolvida pela controladora Usina Petribu S.A. Durante o exercício corrente, a Termoelétrica Itaenga Ltda. gerou e comercializou 72 mil MWh (56 mil MWh em 2022). 2. Base de preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas - 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), tomadas por base pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) para aprovar as Normas Brasileiras de Contabilidade. Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão. A Administração avaliou a capacidade do Grupo em continuar operando normalmente e a está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. 2.2. Base de mensuração: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto se indicado de outra forma. 2.3. Aprovação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas: A Diretoria Executiva do Grupo autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 em 18 de setembro de 2024. 3. Políticas contábeis materiais - 3.1. Base de consolidação: As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e ter a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver: • Poder sobre a investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida). • Exposição, ou direitos, a retornos variáveis do seu envolvimento com a investida. • Capacidade para usar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos. Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive: • O acordo contratual entre o investidor e outros titulares de direitos de voto; • Direitos decorrentes de outros acordos contratuais; e • Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia (investidor). A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais

dos três elementos de controle anteriormente mencionados. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada. O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações contábeis consolidadas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação. A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial. Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é efetuada a baixa dos correspondentes ativos (incluindo qualquer ágio) e os passivos da controlada pelo seu valor contábil na data em que o controle for perdido e a baixa do valor contábil de quaisquer participações de não controladores na data em que o controle for perdido (incluindo quaisquer componentes de outros resultados abrangentes atribuídos a eles). Qualquer diferença resultante como ganho ou perda é contabilizada no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido pelo seu valor justo na data em que o controle é perdido. Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos da Companhia em suas controladas são reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial. Relação de entidades controladas: Abaixo estão relacionadas as controladas do Grupo incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas.

Controlada

Controlada	Participação %
Usina Petribu S.A.	86,93
Termoelétrica Itaenga Ltda.	2,60
Trapuá Indústria de Bebidas Ltda.	0,23
Indiretas:	
Termoelétrica Itaenga Ltda.	95,15
Gases Renováveis do Brasil Ltda.	99,60
Trapuá Indústria de Bebidas Ltda.	99,31
Petrribu Empreendimentos Imobiliários Ltda.	37,25

Controladora

Controladora	Participação %
Usina Petribu S.A.	86,93
Termoelétrica Itaenga Ltda.	2,60
Trapuá Indústria de Bebidas Ltda.	0,23
Indiretas:	
Termoelétrica Itaenga Ltda.	95,15
Gases Renováveis do Brasil Ltda.	99,60
Trapuá Indústria de Bebidas Ltda.	99,31
Petrribu Empreendimentos Imobiliários Ltda.	37,25

...continuação - PETRIBU PARTICIPAÇÕES S.A.

mento de receita baseado na transferência do controle de um bem ou serviço. A área técnica da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), mediante Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº 2/2018 e, posteriormente, no Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº 1/2019, orientou as entidades no sentido de observar o que está previsto na OCP 04, em vigor, aprovada pela Deliberação CVM nº 110, aplicada aos ajustes que foram necessários em função da vigência do CPC 47, para períodos anuais a partir de 1º de janeiro de 2018, até que haja alinhamento sobre a aplicação ou não do reconhecimento de receita ao longo do tempo. Em 1º de fevereiro de 2022, a área técnica da CVM, emitiu um novo Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº 1/2022, no qual permanece aplicável o Ofício Circular CVM/SNC/SEP/nº 2/2018, para atividades de incorporação imobiliária. Para o exercício corrente, a referida controlada não possui nenhum empreendimento com construção em andamento e, por essa razão, não reconhece receitas pelo método da Porcentagem de Obra Concluída (POC). **3.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. **3.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes da atividade sucroenergética são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária do Grupo, e, quando aplicável, as variações cambiais afetadas até a data de encerramento do balanço patrimonial nas vendas ao mercado externo, ajustados por provisão para perda, se necessário. O giro das contas a receber é de curto prazo, sendo liquidadas normalmente em um período inferior a 90 dias, representando substancialmente os valores justos nas datas de encerramento das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, não havendo, portanto, a necessidade de ajustes ao valor presente. No que se refere ao contas a receber de atividades imobiliárias, são, inicialmente, reconhecidas pelo valor de venda e sobre os quais, subsequentemente, incidem variações monetárias, que são apropriadas quando auferidos, obedecendo ao regime de competência do exercício, menos a provisão para perdas de crédito esperadas e provisão para dístratos, se aplicável. Nas vendas a prazo de unidades concluídas, o resultado é apropriado quando a venda é efetivada, independentemente do prazo de recebimento do valor contratual. Se o prazo de recebimento do fluxo financeiro de atividades de venda a receber é de um ano ou mais, as contas a receber são classificadas como ativo circulante. Caso contrário, a parcela excedente é apresentada no ativo não circulante. Conforme suscitado na Nota 3.4, a controlada Petribu Empreendimentos Imobiliários Ltda. reconhece as contas a receber de clientes aplicando-se o percentual de evolução da obra (POC) sobre a receita das unidades vendidas, ajustada segundo as condições dos contratos de venda, sendo assim determinado o montante das receitas acumuladas a ser reconhecido sobre o qual deduz-se as parcelas recebidas, determinando-se o valor das contas a receber. Caso o montante das parcelas recebidas seja superior ao da receita acumulada reconhecida, o saldo é classificado como adiantamento de clientes, no passivo. **3.7. Estoques:** Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, que não excede o valor de mercado ou os valores líquidos de realização. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda. As matérias-primas adquiridas e os materiais de consumo são reconhecidos inicialmente pelo preço de compra acrescido de outros custos incorridos na colocação dos estoques no local apropriado e nas condições em que se encontram, tais como: frete, comissões, seguros, etc. Os produtos acabados são avaliados inicialmente pelo custo de produção, incluindo o custo dos materiais consumidos, os custos da cana-de-açúcar moída e demais custos diretos e indiretos de fabricação. Os lotes a comercializar estão demonstrados ao custo de aquisição de terrenos e incluem os custos acumulados de infraestrutura e custos financeiros elegíveis aos locamentos, quando aplicáveis, que não excede ao seu valor líquido de realização. No caso de lotes em desenvolvimento, a parcela em estoque corresponde ao custo incorrido dos lotes ainda não comercializados. Uma perda no valor recuperável de estoques é registrada nas seguintes situações: quando o valor do estoque excede o valor de realização, quando os estoques sofrem deterioração significativa ou no caso de perdas de inventário físico. **3.8. Ativos biológicos:** Os ativos biológicos correspondem aos produtos agrícolas em desenvolvimento (cana em pé) produzidos nas lavouras de cana-de-açúcar (planta portadora), que serão utilizados como matéria-prima na produção de açúcar e etanol no momento da sua colheita. Esses ativos são mensurados pelo valor justo menos as despesas de vendas. A mensuração a valor justo do ativo biológico está classificada como nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. O valor justo dos ativos biológicos foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando as premissas divulgadas na Nota 10. A avaliação dos ativos biológicos é feita anualmente pelo Grupo sendo o ganho ou a perda na variação do valor justo reconhecido no resultado do exercício em que ocorrer na rubrica "Ganho (perda) decorrente de mudança de valor justo dos ativos biológicos", na demonstração do resultado. O aumento ou a diminuição no valor justo é determinado pela variação entre os valores justos dos ativos biológicos no início e no fim do exercício avaliado. **3.9. Investimentos:** A Companhia detém participação nas coligadas Carpina Mall S.A., Rancho da Mata I Empreendimentos SPE Ltda., Rancho da Mata II Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. e Rancho da Mata III Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. As demonstrações contábeis das coligadas são preparadas para o mesmo período de relatório da Companhia. As políticas contábeis dessas coligadas estão alinhadas com as da Companhia. Portanto, nenhum ajuste é feito ao medir e reconhecer a participação do Grupo no lucro ou prejuízo das coligadas após a data de aquisição. Uma coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa. As considerações efetuadas na apuração de influência significativa ou controle conjunto são semelhantes às necessárias para determinar controle em relação às subsidiárias. Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento em uma coligada é reconhecido inicialmente ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para fins de reconhecimento das variações na participação da Companhia no patrimônio líquido da coligada a partir da data de aquisição. A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das investidas. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido das investidas, a Companhia não reconhece as variações de valor e não divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. A participação societária será demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido, após os tributos, atribuído aos acionistas das coligadas. As demonstrações contábeis das coligadas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional sobre o valor recuperável do investimento da Companhia em sua coligada. A Companhia determina, em cada data de reporte, se há evidência objetiva de que o investimento na coligada sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o valor contábil, e reconhece a perda na demonstração do resultado. Ao perder o controle sobre a Companhia mensura e reconhece qualquer investimento relido ao valor justo, a menos que a diferença entre o valor contábil da controlada, no momento da perda do controle, e o valor justo do investimento relido e dos resultados da alienação são reconhecidos no resultado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia possui as seguintes participações nas suas coligadas:

Participação %	Participação %	
	2023	2022
Rancho das Indiretas		
Carpina Mall S.A.	45	45
Rancho da Mata I Empreendimentos SPE Ltda.	50	50
Rancho da Mata II Empreendimentos SPE Ltda.	50	50
Rancho da Mata III Empreendimentos SPE	50	50

3.10. Ativo imobilizado: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, custo atribuído (deemed cost), deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. O Grupo fez uso do dispositivo previsto no CPC 37 e segundo orientação da Interpretação "CPC 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 27, 28, 37 e 43", avaliou suas edificações, máquinas e equipamentos para atribuir um novo custo (deemed cost). Os efeitos do custo atribuído aumentaram o valor imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido, líquido dos efeitos fiscais (Notas 14 e 22.4). O Grupo realizou as principais atividades de manutenção programada em suas unidades industriais em bases anuais. Isso ocorre nos períodos de entressafra descritos na Nota 1 a com o objetivo de inspecionar e substituir componentes do ativo imobilizado. Os gastos com manutenção que implicam em prolongamento da vida útil econômica dos bens do ativo imobilizado são capitalizados, e itens que se desgastam durante a safra são reconhecidos como despesa quando realizados. Gastos com manutenção sem impacto na vida útil econômica dos ativos são reconhecidos como despesa quando realizados. Os itens substituídos são baixados. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear, em que para os equipamentos de produção é utilizado o método de depreciação acelerada, respeitando o período de moagem. A depreciação dos bens do ativo imobilizado, exceto para os terrenos e para as imobilizações em andamento que não são depreciadas, é apropriada em contrapartida do resultado do exercício - despesas gerais e administrativas e nos custos de produção, e calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos bens, evidenciadas a seguir:

Classe	Vida útil econômica estimada (anos)
Edificações	de 14 a 50
Máquinas e equipamentos	de 05 a 15
Instalações industriais	de 05 a 20
Móveis e utensílios	de 05 a 10
Veículos	de 05 a 20
Outros bens	de 03 a 08

Abaixo de um item do imobilizado ocorre após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultante do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas decorrentes de alienações são determinados pela comparação com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado na conta "Outras receitas (despesas) - líquidas". Repares e manutenções são apropriadas ao resultado durante o exercício em que são incorridos. As lavouras de cana (soqueiras) são consideradas plantas rotacionais nos termos do CPC 29 - Ativo Biológico e CPC 27 - Ativo Imobilizado e são registradas pelo custo menos depreciação acumulada e impairment. Sua depreciação é calculada com base na colheita e considera a vida útil das lavouras que, em média, geram seis cortes. **3.11. Provisões - Geral:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou não formalizadas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e a incerteza relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais:** Grupo é parte de certos processos judiciais e administrativos. As provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia

das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **3.12. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conendedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis nesse sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. O Grupo baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam água, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, o Grupo estima o valor recuperável do ativo dentro da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (livre de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. O Grupo avalia se os riscos associados ao clima podem ter um impacto significativo, como a introdução de uma legislação para redução da emissão de gás carbônico que pode levar ao aumento dos custos de produção. Esses riscos associados ao clima são incluídos como premissas significativas em que podem impactar materialmente o cálculo do valor recuperável. Essas premissas têm sido incluídas nas projeções de fluxo de caixa ao avaliar o valor em uso. **3.13. Imposto de renda e contribuição social correntes:** Na Companhia e na controlada Usina Petribu S.A., o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados pelo regime de Lucro Real, considerando as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10%, para a parcela que exceder R\$ 240 mil no período de 12 meses, e de 9%, sobre o lucro tributável. Na base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), quando aplicável, são consideradas a compensação de prejuízos fiscais e de bases de cálculo negativa da CSLL limitada a 30% do Lucro Real e da Base de Cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. As alíquotas efetivas desses tributos estão evidenciadas na Nota 21. Nas controladas Termoelétrica Itaenga Ltda., Gases Renováveis do Brasil Ltda e Petribu Empreendimentos Imobiliários Ltda, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido são calculados pelo regime do Lucro Presumido trimestral, considerando as alíquotas de 15%, sobre o lucro, e de 9%, sobre uma base de presunção de lucro de 12% das receitas tributáveis, para a contribuição social sobre o lucro líquido. **3.14. Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data de balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto: Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de água ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo líquido; e Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo. Ativos e passivos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, somente na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto: Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo líquido); e Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que o lucro tributável esteja disponível para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que o lucro tributável futuro permitirá que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos ativos, o Grupo confia em premissas de projeções usadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e em outros relatórios da administração. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram projetadas na data do balanço. O Grupo contabiliza os ativos e passivos fiscais diferidos em forma líquida se, e somente se, as entidades referidas possuem o direito legalmente executável de fazer ou receber um único pagamento líquido e as entidades pretendem fazer ou receber esse pagamento líquido ou recuperar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A contabilização dos ativos e passivos fiscais diferidos líquidos, por sua vez, é efetuada pelo Grupo se, e somente se, a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e se os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados. **3.15. Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que o Grupo cumpra as condições estabelecidas e relacionadas com a subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa e é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Para detalhes das subvenções vide Nota 29. **3.16. Mensuração do valor justo:** O Grupo mensura instrumentos financeiros (como, por exemplo, derivativos) e ativos não financeiros (como propriedades para investimento) ao valor justo em cada data de reporte. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: • No mercado principal para o ativo ou passivo; • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pelo Grupo. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado com base nas premissas que os participantes do mercado utilizarão ao definir o preço de um ativo ou passivo, presumindo que os participantes do mercado atuam em seu melhor interesse econômico. A mensuração do valor justo de um ativo não financeiro leva em consideração a capacidade do participante do mercado de gerar benefícios econômicos utilizando o ativo em seu melhor uso possível ou vendendo-o a outro participante do mercado que utilizará o ativo em seu melhor uso. O Grupo utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais há dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indireta e observável; e Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo é significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ao valor justo de forma recorrente, o Grupo determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. **3.17. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** O Grupo aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma) ou após essa data. O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. • CPC 50 - Contratos de Seguro - A nova norma não teve impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo; • Definição de Estimativas Contábeis - As alterações ao CPC 23 - As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo; • Imposto de Locação para o Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação - Alterações ao CPC 32 - As alterações ao CPC 23 - As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo; • Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois - Alterações ao CPC 32 - As alterações não tiveram impacto nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo, pois o Grupo não está sujeito às regras do modelo do Pilar Dois, uma vez que sua receita é inferior a 750 milhões de euros por ano; • Divulgação de Políticas Contábeis - Alterações ao CPC 26 e IFRS Practice Statement 2 - As alterações tiveram impacto nas divulgações de políticas contábeis do Grupo, mas não na mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo. **3.18. Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alterações emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alterações, se cabível, quando entrarem em vigor. • Alterações ao IFRS 16 - Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento); • Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante; • Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao IAS 7 e IFRS 7. Não se espera que a adoção das normas acima tenha um impacto material nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas do Grupo. **3.19. Representação dos valores correspondentes:** Administração da Companhia está representando as demonstrações contábeis consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e saldo de abertura em 1º de janeiro de 2022 em função da exclusão de determinadas coligadas que haviam sido indevidamente incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas. Esses ajustes estão sendo apresentados retroativamente em conformidade com a NBC TG 23 (R3) - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e NBC TG 26 (R5) - Apresentação das Demonstrações Contábeis e produziram os seguintes impactos nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia em relação aos valores anteriormente apresentados.

	Resultado		Patrimônio líquido	
	31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022	01/01/2022
Saldos originalmente apresentados	80.554	533.747	461.361	
Desconsolidação de investidas consolidadas sem o devido controle (não auditado);	(16.037)	(32.555)	(27.931)	
Saldos reapresentados	64.517	501.192	433.430	
Desconsolidação de investidas consolidadas sem o devido controle: Refere-se a exclusão das coligadas indiretas Carpina Mall S.A., Rancho da Mata I Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda e Rancho da Mata II Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. as quais foram consolidadas indevidamente sem que a Companhia tivesse controle sobre tais entidades, nos termos do CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.				
Balanco patrimonial consolidado				
	Original	Ajustes	Reapresentado	
		(não auditado)		
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	13.448	(944)	12.504	
Contas a receber de clientes	130.977	(45.864)	85.113	
Estoques	139.937	(13.554)	126.383	
Adiantamentos a fornecedores	29.096	(413)	28.683	
Impostos a recuperar	31.051	(292)	30.759	
Ativos biológicos	102.793	1	102.794	
Outros créditos	1.656	(277)	1.379	
Total do ativo circulante	448.958	(61.643)	387.315	
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Títulos e valores mobiliários	6.286	(1.110)	5.176	
Contas a receber de clientes	22.412	-	22.412	
Adiantamentos a fornecedores	123	-	123	
Depósitos judiciais	1.207	-	1.207	
Partes relacionadas	57	6.336	6.393	
Tributos diferidos	121.943	(56.613)	65.330	
Outros créditos	9.337	(48,1)	9.289	
Total do realizável a longo prazo	160.915	(48,1)	160.867	
Investimentos	8	31.653	31.661	
Imobilizado	457.486	(37.377)	420.109	
Total do não circulante	618.409	(54.163)	564.246	
Total do ativo	1.067.367	(115.806)	951.561	
Passivo e Patrimônio líquido				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	187.505	(134)	186.916	
Fornecedores	54.119	(154)	53.965	
Tributos a recolher	2.722	(410)	2.312	
Salários e obrigações sociais	26.799	428	27.227	
Adiantamentos recebidos de clientes	10.779	(223)	10.556	
Provisão para contingências	858	(858)	-	
Outras exigibilidades	4.216	107	4.323	
Total do passivo circulante	286.543	(1.244)	285.299	
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	172.304	(17.549)	154.755	
Tributos a recolher	3.287	(2.417)	870	
Provisão para contingências	845	2.916	3.761	
Partes relacionadas	16.942	(11.258)	5.684	
Tributos diferidos	53.613	(53,613)	-	
Outras exigibilidades	86	(86)	-	
Total do passivo não circulante	247.077	(82,007)	165.070	
Patrimônio líquido				
Capital social	113.942	-	113.942	
Reserva de lucros	198.910	-	198.910	
Ajuste de avaliação patrimonial	82.429	-	82.429	
Total do patrimônio líquido dos controlados	394.471	-	394.471	
Participações dos não controladores	139.276	(32.555)	106.721	
Total do patrimônio líquido	533.747	(32.555)	501.192	
Total do passivo e patrimônio líquido	1.067.367	(115.806)	951.561	
Balanco patrimonial consolidado - Continuação				
	Original	Ajustes	Reapresentado	
		(não auditado)		
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	18.933	(721)	18.212	
Contas a receber de clientes	140.863	(31.943)	108.920	
Estoques	125.943	(9.946)	115.997	
Adiantamentos a fornecedores	2.559	-	2.559	
Impostos a recuperar	38.520	-	38.520	
Ativos biológicos	69.106	-	69.106	
Outros créditos	1.521	(566)	955	
Total do ativo circulante	397.445	(43.176)	354.269	
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Títulos e valores mobiliários	5.682	(997)	4.685	
Adiantamentos a fornecedores	1.116	(52)	1.064	
Depósitos judiciais	1.832	-	1.832	
Partes relacionadas	1.832	3.538	5.370	
Tributos diferidos	111.479	(55.490)	55.989	
Outros créditos	9.285	-	9.285	
Total do realizável a longo prazo	129.589	(53,001)	76.588	
Investimentos	9	26.703	26.712	
Imobilizado	453.602	(38.857)	414.745	
Total do não circulante	583.180	(65,155)	518.025	
Total do ativo	980.625	(108,331)	872.294	
Passivo e Patrimônio líquido				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	116.593	(632)	115.961	
Fornecedores	36.300	(10)	36.290	
Tributos a recolher	2.019	112	2.131	
Salários e obrigações sociais	22.228	500	22.728	
Adiantamentos recebidos de clientes	34.202	-	34.202	
Outras exigibilidades	1.686	(7)	1.679	
Total do passivo circulante	213.028	(37)	212.991	
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	233.975	(17.54		

...continuação - PETRIBU PARTICIPAÇÕES S.A.

As seguintes premissas foram adotadas para determinação do valor justo:

	2023	2022
Área estimada de colheita (hectare)	17.567	18.088
Produtividade prevista (ton. de cana/hectare)	68	75
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR(Kg)	122	115
Valor do Kg do ATR	1.3149	1.3933

A avaliação do ativo biológico por seu valor justo considera certas estimativas, tais como: preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, taxa de desconto, plano de colheita e volume de produtividade, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações. O quadro acima demonstra resumidamente os principais parâmetros considerados no cálculo do valor justo do ativo biológico. Além dos aspectos citados acima, para a determinação do valor justo das lavouras de cana-de-açúcar (cana em pé), foram utilizadas as seguintes premissas: • A produtividade é calculada por área de plantação, em que cada uma possui especificidades em relação a solo, material genético, clima, etc. O conjunto destas características, com base em dados históricos, é determinante para a estimativa da produtividade. • Os custos de terra própria são calculados com base em índices de custo de arrendamento do estado do Pernambuco. • A taxa de desconto corresponde ao custo médio ponderado do capital, onde foram utilizados a taxa de risco e o perfil de endividamento do setor de açúcar e álcool no Brasil. A taxa utilizada no cálculo do ativo biológico calculado pelo método de fluxo de caixa descontado foi de 7,85% a.a. (2022 7,33% a.a.), líquido de impostos. Com base na estimativa de receitas e custos, o Grupo determina os fluxos de caixa descontados a serem gerados e traz os correspondentes valores a valor presente, considerando uma taxa de desconto, compatível para remuneração do investimento nas circunstâncias. As variações no valor justo das lavouras de cana-de-açúcar (cana em pé) são registradas na rubrica "Ativos biológicos" no ativo circulante e têm como contrapartida a conta de "Variação no valor justo dos ativos biológicos", no resultado do exercício. O modelo de projeção de fluxo de caixa e as premissas utilizadas na determinação do valor justo total do ativo biológico representam a melhor estimativa da Administração na data das demonstrações contábeis individuais e consolidadas e são revisados anualmente e, quando necessário, ajustados.

11. Títulos e valores mobiliários (Consolidado): Em 31 de dezembro de 2023, a aplicação financeira no montante de R\$ 6.256 (2022: R\$ 5.176), refere-se a CDB Pós-fixado, dada em garantia ao contrato de financiamento firmado com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (vide Nota 15), a ser resgatada no vencimento final dos respectivos contratos previstos para 29 de setembro de 2030.

12. Outros créditos (não circulante) (Consolidado): Refere-se a direitos sobre cessão de créditos. Por intermédio de Escrituras Públicas de Cessão de Direitos Creditórios, firmada em 16 de fevereiro de 2008, o Banco do Brasil S.A. cedeu o Grupo os créditos e os direitos, objeto da Ação de Execução Judicial Nº 0000013-38.1995.8.26.0369, em trâmite no juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Monte Aprozível, Região de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, promovido pelo Banco do Brasil S.A. em desfavor da Destilaria Água Limpa S.A. e outros coobrigados. Os referidos créditos e direitos estão constituídos por meio de Escritura Pública de Confissão de Dívidas com garantia Hipotecária, Pignoratícia e Fidejussória e inclui a garantia hipotecária das máquinas e equipamentos integrantes do parque industrial da Destilaria Água Limpa S.A. e do imóvel onde se encontra localizada esta indústria. A referida cessão de créditos foi efetuada a título oneroso pelo valor de R\$ 14.785. Por intermédio de Escrituras Públicas de Cessão Parcial de Direitos Creditórios, o Grupo cedeu parcialmente para a Oeste Paulista Administração de Patrimônio Eireli, em 27 de fevereiro de 2015, em 14 de setembro de 2015 e 15 de maio de 2020 créditos no valor de R\$ 2.500, R\$ 3.000 e R\$ 1.000, respectivamente, permanecendo um saldo de R\$ 8.285 em 31 de dezembro de 2023 (2022: R\$ 9.285). De acordo com a avaliação dos assessores jurídicos do Grupo, é muito provável que seja decretada a falência da Destilaria Água Limpa S.A., ainda no decorrer do ano de 2024, o que possibilitará a utilização dos referidos créditos para arrematar bens em leilão. Isto porque, o Pedido de Recuperação Judicial, que tramitou na 1ª Vara de Monte Aprozível, foi indeferido, por não ter sido comprovado os requisitos essenciais para o seu requerimento, estando no momento aguardando o julgamento do recurso de apelação no TJSP. Também, já foi decretada a falência da Destilaria Fronteira S.A. (empresa ligada da Destilaria Água Limpa S.A.) e da Taquaruçu Agropecuária Ltda. (controladora da Destilaria Água Limpa S.A.) e encontra-se em trâmite um pedido de extensão dos efeitos da decretação de falência destas empresas à Destilaria Água Limpa S.A. Na avaliação dos assessores jurídicos do Grupo, a partir da transmissão dos direitos cre-

ditórios, foram sub-rogados à Companhia o polo ativo da ação de execução e os direitos reais dados em garantia, especialmente a hipoteca dos imóveis que compõem o parque industrial da Destilaria Água Limpa S.A. Adicionalmente, a administração do Grupo considera que não haverá perdas no recebimento desse crédito, visto que possui privilégios legais em relação aos demais credores da Destilaria Água Limpa S.A. e o fato de existir uma avaliação dos bens melhorada, realizada em maio/2022, cujo valor é superior ao saldo do crédito.

13. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	01/01/2022
Empresas controladas				
Termoelétrica Itaenga Ltda.	690	744	-	-
Usina Petribu S.A.	470.974	393.630	-	-
Trapuá Ind. de Bebidas Ltda.	2	2	-	-
Empresas coligadas				
Carpina Mall S.A.	-	-	4.925	4.060
Rancho da Mata I Empreend.	-	-	19.027	18.601
Rancho da Mata II Empreend.	-	-	11.074	8.992
Rancho da Mata III Empreend.	-	-	403	-
Outros investimentos	8	9	22	8
	471.666	394.376	35.429	31.653
	8	9	22	8
	471.674	394.385	35.451	31.661

Movimentação dos investimentos: As movimentações anuais dos investimentos em empresas controladas estão demonstradas conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	01/01/2022
Saldo inicial em 1º de janeiro de	394.385	345.821	31.661	26.712
Aumento dos investimentos	-	-	2.725	587
Dividendos a receber	(4.504)	-	-	(4.499)
Resultado da equivalência patrimonial (a)	81.820	48.642	942	8.861
Outros	(27)	(78)	123	-
Saldo final em 31 de dezembro de	471.674	394.385	35.451	31.661

Informações sobre as controladas diretas e indiretas

	2022			
	Termoelétrica Itaenga Ltda.	Usina Petribu S.A.	Trapuá Bebidas Ltda.	Petribu Empreend. Imobil. Ltda.
Ativo circulante	1.218	381.121	-	20.576
Ativo não circulante	25.537	617.437	967	60.264
Passivo circulante	198	259.515	-	499
Passivo não circulante	-	197.216	91	8.127
Patrimônio líquido	26.557	541.827	876	72.213
Receita operacional líquida	7.012	725.655	-	7.962
Lucro líquido (prej.) do exercício	2.121	94.970	(46)	3.049
Percentual de participação	2,60%	86,93%	0,23%	37,25%
Resultado da equív. patrimonial (a)	(55)	81.875	-	-
Valor do investimento	690	470.974	2	-

(a) Valor referente ao resultado de equivalência patrimonial (ganho de R\$ 82.612) e a distribuição desproporcional de dividendos recebidos das controladas Termoelétrica Itaenga Ltda., Gases Renováveis do Brasil Ltda. e Petribu Empreendimentos Imobiliários Ltda. (perda de R\$ 792).

	2022			
	Termoelétrica Itaenga Ltda.	Usina Petribu S.A.	Trapuá Bebidas Ltda.	Petribu Empreend. Imobil. Ltda.
Ativo circulante	994	367.841	7	18.124
Ativo não circulante	28.267	534.447	1.078	60.476
Passivo circulante	149	284.110	-	408
Passivo não circulante	485	165.329	91	3.564
Patrimônio líquido	28.627	452.849	994	74.628
Receita operacional líquida	4.563	547.453	-	10.242
Lucro líquido (prej.) do exercício	(24)	55.916	(39)	13.642
Percentual de participação	2,60%	86,93%	0,23%	37,25%
Result. da equív. patrimonial	(58)	48.700	-	-
Valor do investimento	744	393.630	1	-

14. Imobilizado (Consolidado)

	Terrenos e propriedades rurais		Máquinas e equipamentos	Instalações industriais	Móveis e utensílios	Veículos	Outros bens	Plantas portadoras	Total
	2023	2022							
Saldo em 31/12/2021 (líquidos) (reapresentados)	133.353	40.299	64.066	31.348	-	56.514	2.106	87.059	414.745
Adições	-	-	1.816	4.710	65	1.688	734	64.088	73.101
Baixas	(11)	-	(105)	-	-	-	-	-	(116)
Transferências (Nota 10)	-	-	-	-	-	-	-	(24.200)	(24.200)
Depreciação/exaustão	-	(1.447)	(4.490)	(1.359)	(48)	(3.896)	(309)	(31.752)	(43.301)
Saldo em 31/12/2022 (líquidos) (reapresentados)	133.342	38.852	61.287	34.699	17	54.306	2.531	95.075	420.109
Em 31 de dezembro de 2022 (reapresentados):									
Custo total	133.342	59.443	146.483	58.983	2.335	111.213	6.187	293.199	811.185
Depreciação acumulada	-	(20.591)	(85.196)	(24.284)	(2.318)	(56.907)	(3.656)	(198.124)	(391.076)
Valor residual	133.342	38.852	61.287	34.699	17	54.306	2.531	95.075	420.109
Saldo em 31/12/2022 (líquidos) (reapresentados)	133.342	38.852	61.287	34.699	17	54.306	2.531	95.075	420.109
Adições	6.358	-	4.079	1.763	253	34.201	942	54.556	102.152
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	(1.441)	(1.441)
Transferências (Nota 10)	-	-	-	-	-	-	-	12.782	12.782
Depreciação/exaustão	-	(1.570)	(4.416)	(2.244)	(55)	(5.305)	(456)	(26.849)	(40.895)
Saldo em 31/12/2023 (líquidos)	139.700	37.282	60.950	34.218	215	81.761	3.017	135.564	492.707
Em 31 de dezembro de 2023:									
Custo total	139.700	59.443	150.562	60.739	2.588	143.975	7.129	360.537	924.673
Depreciação acumulada	-	(22.161)	(89.612)	(26.521)	(2.373)	(62.214)	(4.112)	(224.973)	(431.966)
Valor residual	139.700	37.282	60.950	34.218	215	81.761	3.017	135.564	492.707

Composição das Plantas Portadoras: Os saldos das plantas portadoras compreendem as culturas de cana-de-açúcar e de eucalipto, conforme segue:

	2023		2022	
	Classe patrimonial	Usina Petribu S.A.	Termoelétrica Itaenga Ltda.	
Cultura da cana-de-açúcar	121.070	83.171	-	-
Cultura do eucalipto	14.494	11.904	22.613	1.811
	135.564	95.075	6.739	688

Custo atribuído: Refere-se à adoção, pelas controladas Usina Petribu S.A. e Termoelétrica Itaenga Ltda., de um novo custo atribuído a determinadas classes de ativos imobilizados, devidamente suportados por laudo de avaliação patrimonial elaborado por empresa especializada, excepcionalmente na data de transição em 1º de janeiro de 2010, nos termos do ICP 10 - Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento. Com isso, foi acrescido ao ativo imobilizado, naquela data, em contrapartida da conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP), no Patrimônio Líquido, o valor de R\$ 148.788 e de R\$ 25.136, respectivamente, conforme demonstrado a seguir:

	Modalidade/Banco	Indexador	Taxa média anual de juros	Vencimento final	31/12/2023		
					31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022
15. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)							
Moeda Nacional							
FINAME (a)							
Banco Mercedes S.A.	TJLP	9,60%	15/07/2025	1.831	4.126	7.100	
John Deere	Fixo	10,50%	15/09/2026	6.629	9.360	12.472	
Banco de Lage Landen	Fixo	10,16%	15/09/2026	1.442	2.029	2.569	
Banco Rodobens		13,54%	15/10/2023	-	294	678	
Encargos financeiros a transcorrer				(1.432)	(1.782)	(3.427)	
				8.470	14.027	19.392	
Giro/Rural/CCE/CDC/Carão							
Banco Itaú Unibanco S.A.	CDI	3,80%	27/01/2028	16.326	16.391	21.823	
Banco Santander S.A.	CDI	5,59%	03/06/2024	1.183	2.356	3.533	
Banco do Brasil S.A.		5,54% a 7,30%	11/06/2026	5.046	-	3.054	
Banco Safra S.A.	Fixo	6,50% a 7,31%	22/10/2025	2.232	3.339	4.453	
Banco Daycoval S.A.	Fixo	11,40% a 12%	20/08/2025	5.607	8.811	13.515	
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Fixo	5,99%	15/11/2031	14.792	3.437	3.575	
Caixa Econômica Federal	Fixo	7,00%	08/03/2023	-	3.124	-	
Banco BSPAR Multisetorial	Fixo	10,80%	10.01.2022	-	-	2.230	
Encargos financeiros a transcorrer				(5.998)	(3.010)	(3.374)	
				39.188	34.448	48.809	
Repasso - FNE (b)							
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Fixo	4,12% a 10,00%	30/06/2032	119.475	113.790	96.804	
				119.475	113.790	96.804	
Exportação / ACC							
Banco do Nordeste do Brasil S.A.	Fixo	7,00%	09/02/2025	22.322	31.239	22.020	
Banco do Brasil - ACC	Dólar	7,80% a 8,60%	30/04/2024	23.349	27.145	-	
Banco Voiter - ACC	Dólar	9,76%	13/03/2023	-	5.026	-	
Banco Santander - ACC	Dólar	7,80%	02/01/2023	-	5.116	-	
Banco Safra S.A.	Dólar	7,66%	10/04/2023	-	5.311	5.648	
Banco do Nordeste do Brasil S.A. - ACC	Dólar	8,78% a 8,85%	05/12/2024	29.596	9.665	10.705	
				75.267	83.502	38.373	
Moeda estrangeira							
Pré-Pagamento de Exportação (c)							
Banco Itaú S.A.	Dólar	8,75%	15/02/2028	19.638	25.469	35.405	
Banco do Brasil S.A.	Dólar	6,65%	03/12/2027	63.490	55.288	77.546	
Banco Santander S.A.	Dólar	6,85%	05/01/2024	9.306	9.408	15.091	
Netafim	Dólar	7,49%	17/10/2022	-	-	967	
Banco Safra	Dólar	5,60%	28/05/2025	15.834	5.740	-	
Banco Bocom S.A.	Dólar	6,85%	03/06/2024	6.609	-	-	
				114.877	95.905	129.009	
Total				357.277	341.672	332.387	
No passivo circulante				182.374	186.916	115.961	
No passivo não circulante				174.903	154.756	216.426	
				357.277	341.672	332.387	

As garantias dos empréstimos e financiamentos são as seguintes: (a) FINAME: Alienação fiduciária dos bens financiados e avalis dos acionistas; (b) Repasse de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE: Hipoteca de imóveis rurais e alienação fiduciária de bens do Grupo; (c) Pré-pagamento de Exportação e Adiantamentos de contratos de câmbio: Avalis dos acionistas e direitos sobre contratos comerciais de exportação.

A movimentação anual dos empréstimos e financiamentos está demonstrada conforme segue:

	31/12/2023		31/12/2022		01/01/2022	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	01/01/2022	01/01/2022
Saldo inicial em 1º de janeiro de	341.671	332.387	344.741	344.741	344.741	344.741
Captação de empréstimos	218.819	176.883	106.074	106.0		

...continuação - PETRIBU PARTICIPAÇÕES S.A.		(a) O valor de variações cambiais refere-se, em sua maior parte, à flutuação cambial entre a moeda original do contrato e a unidade monetária nacional (Real - R\$). Esses valores são lançados pelo regime de competência e não obrigatoriamente refletem desembolsos no fluxo de caixa do Grupo.	
24. Custo dos produtos vendidos (Consolidado)	2023	2022	
		(reapresentados)	
Açúcar cristal/refinado	(352.865)	(238.553)	
Açúcar demerara/VHP	(82.703)	(58.129)	
Alcool anidro	(45.615)	(42.126)	
Alcool hidratado	(49.522)	(69.094)	
Cana-de-açúcar e melao	(60)	(152)	
Eucalipto	(94)	(1.189)	
CO2	(990)	(992)	
Energia elétrica	(3.298)	(2.616)	
Mudanças no valor justo de ativo biológico (Nota 10)	(673)	(3.216)	
	(535.820)	(416.067)	
25. Despesas com vendas (Consolidado)	2023	2022	
		(reapresentados)	
Frete diversos	(10.557)	(10.655)	
Despesas com exportação	(3.347)	(5.777)	
Serviços prestados	(3.105)	(2.859)	
Despesas com pessoal	(1.604)	(1.216)	
Aluguéis	(742)	(150)	
Depreciação	(22)	(17)	
Bonificações comerciais	(388)	(813)	
Outros	(457)	(293)	
	(20.222)	(21.780)	
26. Despesas gerais e administrativas (Consolidado)	2023	2022	
		(reapresentados)	
Despesas com pessoal e encargos sociais	(9.480)	(9.148)	
Serviços prestados	(4.368)	(6.561)	
Despesas com restaurante	(1.437)	(1.335)	
Aluguel de máquinas e equipamentos	(1.434)	(1.436)	
Combustíveis	(1.227)	(1.252)	
Contribuições e doações	(254)	(806)	
Impostos, taxas e contribuições	(1.365)	(782)	
Depreciação e amortização	(486)	(354)	
Materiais de reparo e manutenção	(543)	(354)	
Comunicação	(137)	(121)	
Custas e emolumentos	(38)	(45)	
Outras	(6.801)	(2.819)	
	(27.570)	(25.013)	
27. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas (Consolidado)	2023	2022	
		(reapresentados)	
Receitas			
Vendas de sucatas	776	949	
Vendas de imobilizado	1.040	749	
Reintegração	236	109	
Arrendamento de terras	1.154	660	
Certificado Renovado	1.775	954	
Resilição de PIS/COFINS não cumulativos	4.361	3.384	
Outros	515	365	
Subtotal receitas	9.857	7.370	
Despesas			
Provisão para contingências	(1.154)	(1.485)	
Provisão para perdas de crédito esperadas (Nota 6)	(801)	(724)	
Perda na alienação de imobilizado	(409)	-	
Despesas com entressafra	(24.135)	(22.484)	
ICMS sobre outras receitas	(14)	(27)	
PIS e COFINS sobre outras receitas	(309)	(175)	
Distrito de arrendamento de terras	-	(2.232)	
Ajuste dos estoques a valor de mercado (Nota 7)	(9.984)	-	
Outras despesas operacionais	(2.090)	(198)	
Subtotal despesas	(38.896)	(27.325)	
	(29.039)	(19.955)	
28. Resultado financeiro (Consolidado)	2023	2022	
		(reapresentado)	
Receitas financeiras			
Juros recebidos	606	729	
Desconto sobre compras	29	51	
Rendimento de aplicações financeiras	3.194	2.484	
Variações cambiais ativas (a)	34.858	33.774	
Ajuste a valor presente	3.188	-	
Outras	-	6	
	41.875	37.044	
Despesas financeiras			
Juros passivos	(36.880)	(26.780)	
Descontos concedidos	(2.861)	(2.820)	
Remessa de margem para exportação	(8.677)	(5.921)	
Comissões e taxas	(435)	(2.203)	
Variações cambiais passivas (a)	(26.549)	(33.254)	
Outras	(1.236)	(641)	
	(76.138)	(71.619)	
Despesas financeiras, líquidas	(34.263)	(34.575)	

29. Subvenções governamentais (Consolidado) - 29.1. Crédito Presumido de ICMS: De acordo com o Decreto nº 44.650, de 30 de junho de 2017, que regulamentou a Lei nº 15.730, de 17 de março de 2016, o Grupo goza de um benefício fiscal instituído pelo Governo do Estado de Pernambuco, que concede um direito a um crédito presumido de ICMS de 9% sobre as saídas do açúcar, independente do seu destino (interna, interestadual ou para o exterior), e de 12% nas saídas de álcool etílico hidratado combustível (interna e interestadual), para fins de compensação com débitos deste tributo, para as operações realizadas até 31 de dezembro de 2018 para o álcool etílico hidratado combustível e 31 de maio de 2019 para o açúcar. Por intermédio do Decreto nº 46.954, de 28 de dezembro de 2018, tais benefícios foram prorrogados para as operações, tanto de açúcar (9%) como de álcool etílico hidratado combustível (12%), realizadas até 31 de dezembro de 2022. Posteriormente, de acordo com o Art. 1º do Decreto nº 52.338, de 25 de fevereiro de 2021 e o Art. 3º da Lei nº 17.919, de 25 de agosto de 2022, foi prorrogado até 31 de dezembro de 2026, o crédito presumido sobre as saídas de álcool etílico hidratado combustível (12%) e de açúcar (9%). Entretanto, com relação às saídas de açúcar, por força do § 2º do Art. 17 do Anexo B do Decreto nº 44.650, de 30 de junho de 2017, ficam mantidos até 31 de dezembro de 2026, os seguintes percentuais: • 11% (9% + 2%) nas saídas internas e para o exterior, • 10% (9% + 1%) nas saídas interestaduais. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, esta subvenção totalizou R\$ 64.677 (2022: R\$ 50.475). **29.2. Redução do IRPJ:** De acordo com o Laudo Constitutivo Nº 0016/2017 da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o Grupo é beneficiário do Incentivo Fiscal de Redução de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ e Adicionais calculados sobre o Lucro da Exploração com base nas receitas incentivadas de açúcar refinado e VHP, e etanol hidratado e anidro. O período de vigência do referido incentivo fiscal é até 31 de dezembro de 2026. Adicionalmente, com base no Ato Declaratório Executivo DRF/REC nº 79, de 10 de julho de 2017, a Receita Federal do Brasil - RFB habilitou o Grupo a usufruir do Incentivo Fiscal de Redução de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ e Adicionais calculados sobre o Lucro da Exploração com base nas receitas incentivadas de açúcar em razão da modernização do seu empreendimento industrial na área de atuação da SUDENE. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, esta subvenção totalizou R\$ 10.808 (2022: R\$ 2.846).

30. Instrumentos financeiros (Consolidado) - 30.1. Considerações gerais: O Grupo pratica operações caracterizadas como instrumentos financeiros para administrar a disponibilidade financeira de suas operações e suprir as suas necessidades de caixa, todas registradas em contas operacionais. Para estimar o valor de mercado de seus instrumentos financeiros mais relevantes, a administração do Grupo utilizou as seguintes premissas: • Caixa e equivalentes de caixa está apresentado ao seu valor justo, que se assemelha ao seu valor contábil. • Os adiantamentos de contratos de câmbio e os empréstimos e financiamentos encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2023 e 2022. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existiam diferenças significativas entre os valores contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros. Com base na política de riscos do Grupo, não foram contratadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação. **30.2. Fatores de riscos:** Os principais fatores de risco inerentes às operações do Grupo podem ser assim identificados: (i) Riscos de volatilidade do preço: O Grupo está exposto aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. O principal fator de influência na variação dos preços é o clima, que é imprevisível a médio e longo prazo, alterando a demanda e a oferta dos produtos sucroalcooleiros e seus derivados. O Grupo mantém políticas de monitoramento e gestão de riscos, revisadas anualmente e aprovadas pela Diretoria. A administração do Grupo realiza análises de tendência regular do setor para garantir que as estratégias operacionais estão em linha com o mercado e assegurar que os volumes projetados de produção são coerentes com a demanda esperada; (ii) Risco cambial: Decorre da possibilidade de perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentam os passivos de empréstimos de moeda estrangeira ou que afetam os recebíveis. Uma vez que o Grupo atua no mercado externo, sendo suas exportações atreladas ao dólar norte-americano, os produtos de exportação do Grupo (açúcar) se caracterizam como um hedge natural, pois os empréstimos em moeda estrangeira são liquidados em dólar com os valores recebidos das operações de exportação. A administração do Grupo adota estratégia de fixação de preço do açúcar nos contratos de vendas para as indústrias atreladas à variação cambial; (iii) Risco de taxa de juros: Decorrente da indisponibilidade de o Grupo vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e indexadores, que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos e adiantamentos para contratos de câmbio captados no mercado ou diminuem a receita financeira relativas às aplicações financeiras do Grupo. A administração do Grupo monitora de forma contínua as taxas de mercado com objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas; (iv) Risco de liquidez: É o risco de o Grupo encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações relacionadas com os seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A previsão de fluxo de caixa é preparada periodicamente pela administração do Grupo, mediante o qual são monitoradas as necessidades de liquidez para assegurar a disponibilidade de caixa para atender às necessidades operacionais.

31. Cobertura de seguros (Consolidado): O Grupo possui cobertura de seguros contra perdas, danos materiais e elétricos e incêndio, para alguns bens do seu ativo imobilizado, que monta o valor segurado em R\$ 32.599 (em 2022: R\$ 28.691), e cobertura contra incêndio para os estoques de mercadoria, com valor segurado de R\$ 100.000 (em 2022: R\$ 100.000). Com base na avaliação de riscos efetuada pela administração do Grupo, não foram contratadas apólices de seguros para os demais bens do

ativo imobilizado e para cobertura de risco de sua atividade operacional, por entender que é remota a possibilidade de ocorrência de sinistro. Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, emitir opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto à adequação pela administração do Grupo.

32. Transações que não afetaram o caixa do Grupo (Controladora e Consolidado): O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

Todas as demonstrações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

	Efeito não caixa	
	Controladora	Consolidado
Atividades de investimentos		
Aquisições de imobilizado em contrapartida de outras obrigações	-	13.774
Aumento de investimentos	-	475
Total atividades de investimentos	-	14.249
Atividades de financiamentos		
Dividendos mínimos obrigatórios	678	5.182
Total atividades de financiamentos	678	5.182

DIRETORIA: Daniela Petribu Ribeiro Orlá - Diretora Presidente / Responsável Técnico: Washington Luiz da Cruz Ribeiro / TC-CRC-PE 012.351/O-9-CPF. 234.170.054-34.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da Petribu Participações S.A. - Lagoa de Itaenga - PE. **Opinião com ressalva:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Petribu Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, exceto pelos efeitos (item (a)) e possíveis efeitos (itens (b) e (c)) dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva: a) Em 31 de dezembro de 2023, a controlada da Companhia, Usina Petribu S.A., reconheceu contas a receber e receitas de vendas de produtos destinados ao mercado externo, no montante de R\$ 98.770 mil e custo dos produtos vendidos no montante de R\$ 66.691 mil. Contudo, os termos dos contratos dessas vendas incluem a modalidade de frete FOB Incomterms, em que os riscos e a titularidade sobre os produtos são transferidos ao comprador apenas quando o vendedor completa com as suas obrigações, que nesse caso é quando os produtos passam pela amurada do navio no porto de embarque indicado nos contratos. De acordo com a NBC TG 47 - Receita de Contrato com Cliente, a entidade deve reconhecer receitas quando satisfizer à obrigação de performance ao transferir o produto prometido ao cliente. O produto é considerado transferido quando o cliente obtiver o seu controle. Desta forma, em 31 de dezembro de 2023, os saldos do investimento e do patrimônio líquido, além do resultado da equivalência patrimonial registrado no exercício findo naquela data, na Controladora, estão reconhecidos a maior em R\$ 23.634 mil. Adicionalmente, o saldo consolidado de contas a receber e a receita operacional líquida consolidada do exercício findo naquela data estão apresentados a maior em R\$ 98.770 mil, o saldo consolidado dos estoques está registrado a menor e o custo dos produtos vendidos consolidado a maior em R\$ 66.691 mil, o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 e o lucro líquido consolidado do exercício estão apresentados a maior em R\$ 27.187 mil, líquido de efeitos tributários. b) O investimento indireto da Companhia nas coligadas Carpina Mall S.A., Rancho da Mata I Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., Rancho da Mata II Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., Rancho da Mata III Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. e Agropecuária Gotiá Grande Ltda., contabilizado pelo método da equivalência patrimonial, está registrado por R\$ 35.429 mil no balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023, e a participação da Companhia nos resultados dessas coligadas de R\$ 942 mil está incluída no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 da Companhia. Não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o valor contábil do investimento indireto da Companhia nas entidades Carpina Mall S.A., Rancho da Mata I Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., Rancho da Mata II Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. e Rancho da Mata III Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. em 31 de dezembro de 2023 e da participação dela no resultado das respectivas coligadas em razão de não termos tido acesso às suas informações contábeis. Conseqüentemente, não foi possível determinar se havia necessidade de ajustar esses valores. c) Em 31 de dezembro de 2023, a controlada indireta Petribu Empreendimentos Imobiliários Ltda., não efetuou a revisão da provisão para distratos a incorrer registrada no passivo não circulante pelo montante de R\$ 254 mil, nem analisou os efeitos de ajuste a valor presente (AVP) sobre o saldo contas a receber de longo prazo, registrado naquela data por R\$ 18.614 mil. Não nos foi possível determinar, através de procedimentos

usuais ou alternativos de auditoria, se havia necessidade de ajustes esses valores e, os possíveis impactos nas rubricas de contas a receber, estoques, provisão para distratos, receita operacional e resultado financeiro nas demonstrações contábeis consolidadas. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outros assuntos - Demonstrações contábeis do exercício anterior examinadas por outro auditor independente:** O exame das demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na nota 3.19, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificação para as demonstrações individuais e com modificação por: limitação à ausência de evidência de auditoria das participações societárias indiretas, para as demonstrações contábeis consolidadas, com data de 06 de abril de 2023. Esses ajustes não foram auditados por nós ou por outro auditor independente. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer procedimentos sobre as demonstrações contábeis da Companhia referentes ao exercício de 2022 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações contábeis de 2022 tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Recife, 18 de setembro de 2024. **ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP 015199/O; Henrique Piereck de Sá - Contador CRC PE 023398/O.**

Publicidade Legal - 13 de novembro de 2024 - PETRIBU
PARTICIPAÇÕES S A - balanço pdf

Código do documento 804bfff-adab-49aa-b31c-a7afdc210209



Assinaturas



EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100
Certificado Digital
fabiohenrique@folhape.com.br
Assinou

Eventos do documento

12 Nov 2024, 19:07:51

Documento 804bfff-adab-49aa-b31c-a7afdc210209 **criado** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email:fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2024-11-12T19:07:51-03:00

12 Nov 2024, 19:08:01

Assinaturas **iniciadas** por FABIO HENRIQUE MARQUES DO COUTO (6acccc55-f69f-4107-a856-a984348d1ac8). Email: fabiohenrique@folhape.com.br. - DATE_ATOM: 2024-11-12T19:08:01-03:00

12 Nov 2024, 19:08:13

ASSINATURA COM CERTIFICADO DIGITAL ICP-BRASIL - EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100 **Assinou** Email: fabiohenrique@folhape.com.br. IP: 201.18.98.155 (20118098155.host.telemar.net.br porta: 61704). Dados do Certificado: CN=EDITORA FOLHA DE PERNAMBUCO LTDA:01935632000100, OU=videoconferencia, OU=22121066000172, OU=RFB e-CNPJ A1, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, L=RECIFE, ST=PE, O=ICP-Brasil, C=BR. - DATE_ATOM: 2024-11-12T19:08:13-03:00

Hash do documento original

(SHA256):de105010463979610e1dd6c536c72ec6dda54c60caf459295726c5d404f4a300
(SHA512):ca21e45fc95c3a3bc23599d198fda791673e7cc7775c330d89fd378c4618cbb9cc8d60797b59569ac338f3c23f7d4b9b439d68f3c5b3d195d4c948129fdd2fbc

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign